

A ESPACIALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DA PARAÍBA: TENDÊNCIAS E DESAFIOS

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de¹
PEREIRA, Martha Priscila Bezerra²

Recebido (Received) em: 19-08-2019. Aceito em: 16-07-2020.

Como citar este artigo: SOUZA JÚNIOR, X. S. S.; PEREIRA, M. P. B. A espacialização do turismo no estado da Paraíba: tendências e desafios. **Formação (Online)**, v. 27, n. 52, p. 123-145, 2020.

Resumo

O texto ora apresentado corresponde a uma síntese dos resultados obtidos na segunda etapa da pesquisa financiada pelo órgão do governo brasileiro Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, edital universal 14/2013) a qual se propôs a análise do conhecimento geográfico aplicado à identificação de espaços turísticos no estado da Paraíba. Para este momento houve a preocupação de analisar a produção do espaço turístico nas regiões geográficas da Borborema e Sertão paraibano. Os procedimentos adotados pautaram-se na aplicação de questionários a turistas e preenchimento de formulários técnicos pelos pesquisadores. Após a realização de sete atividades de campo os resultados apontam para a contradição à tese dos órgãos oficiais no que concerne à afirmativa de que a produção do espaço turístico no estado da Paraíba esteja passando por um processo de interiorização.

Palavras-chave: turismo, espaço, Paraíba.

SPACIALIZATION OF TOURISM IN THE STATE OF PARAÍBA: TRENDS AND CHALLENGES

Abstract

The text presented herein corresponds to a summary of results obtained in the second stage of research financed by Brazilian government organ National Council for Scientific and Technological Development (CNPq, universal call 14/2013), which has been proposed a geographical knowledge analysis applied to identification of touristic areas in the state of Paraíba. For this occasion there was a concern about analyzing the production of the tourism area in the geographical regions of Borborema and Sertão Paraíba. The procedures adopted were based on the application of questionnaires for tourists and technical forms for researchers. After seven field activities, results point to contradiction the thesis of the official bodies as regards the affirmative that the production of the tourist space in the State of Paraíba is undergoing a process of interiorization.

Keywords: tourism, space, Paraíba.

LA ESPACIALIZACIÓN DEL TURISMO EN EL ESTADO DE PARAÍBA: TENDENCIAS Y DESAFIOS

Resumen

El presente texto corresponde a una síntesis de los resultados obtenidos en la segunda etapa de la investigación financiada por el Órgano del Gobierno Brasileño Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq, edital universal 14/2013) la cual propuso el análisis del conocimiento geográfico aplicado a la identificación de espacios turísticos en el Estado de Paraíba. En aquel momento había una preocupación por analizar la producción del espacio turístico en las regiones geográficas de Borborema y Sertón paraibano. Los procedimientos adoptados se basaron en la aplicación de cuestionarios a turistas y el llenado de formularios técnicos por los investigadores. Después de la realización de siete actividades de campo los resultados apuntan a contradecir la tesis de los órganos oficiales en lo que concierne a la afirmativa de que la producción del espacio turístico en el estado de Paraíba está pasando por un proceso de interiorización.

Palabras clave: Turismo, espacio, Paraíba.

¹ Professor Dr. na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Campina Grande. E-mail: xisto.serafim@professor.ufcg.edu.br; <https://orcid.org/0000-0002-1502-449X>.

² Professor Dr. na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Campina Grande. E-mail: martha.priscila@professor.ufcg.edu.br; <https://orcid.org/0000-0002-2133-710X>.

1. Introdução

A busca por alternativas que propiciem o desenvolvimento econômico dos municípios apresenta-se como um dos principais temas do debate sobre a produção do espaço. Isto se dá em decorrência da prática de táticas e estratégias políticas que, por sua vez, se complementam e se contrapõem a depender dos interesses dos atores ou do contexto da formação histórica do espaço onde as ações foram efetivadas ou ainda no que se refere à aptidão do espaço na captação dos novos fatores socioeconômicos de inclusão espacial, como é o caso do turismo.

O fato é que a difusão do modelo capitalista, especialmente durante o século XX, fez com que os governantes investissem cada vez mais em programas de infraestrutura e favorecimento a locação de equipamentos urbanos que propiciassem a dinamização econômica de seus centros administrativos. Entre as alternativas de desenvolvimento econômico, o turismo passa a ter um destaque progressivo ao se tornar um elemento estratégico para o planejamento espacial, especialmente para os centros urbanos que dispunham dos condicionantes (físico-naturais e socioculturais) favoráveis a esta atividade, embora ainda de forma limitada e pontual. Nesse contexto, enquanto por um lado o turismo foi fornecendo novas dinamizações ao espaço onde era implementado, por outro criou espaços de exclusão fazendo com que as divergências antes evidenciadas na escala extra regional passasse a ser visualizada também - de forma mais significativa - na escala inter-regional.

Os fatores que motivaram tais divergências são, no entanto, de natureza externa e interna. Segundo Leubauspin (2000), a primeira é decorrente dos novos processos produzidos na economia mundial: a globalização (abertura de mercados), a reestruturação produtiva (desenvolvimento de novas tecnologias e meios de produção) e o neoliberalismo (minimização da participação do Estado no mercado), os quais passam a interferir diretamente na escala estadual e municipal obrigando-as a se adaptarem a esta nova conjuntura. Já o segundo, de origem interna, se destaca através da própria autonomia administrativa decorrente da (re)democratização do país na década de 1980 – quando os municípios deixam de ser obrigados a submeter-se ao modelo centralizador imposto pelo governo federal durante praticamente 30 anos –, e a conseqüente participação mais ativa do setor privado e da própria sociedade civil organizada como agentes que influenciam no processo de seleção das políticas públicas de desenvolvimento (ARAÚJO, 2000), dentre estas, as que fornecem as diretrizes para o desenvolvimento do turismo.

A ausência de ações de planejamento voltadas para a criação de espaços turísticos por parte do poder público e da falta de investimentos do setor privado trouxe consigo a

implementação de modelos alternativos na realização da atividade turística os quais têm como principais agentes articuladores a própria sociedade civil. Esta nova forma de “se fazer turismo” vem, no entanto, sendo motivo de preocupações, uma vez que a maioria é feita de forma amadora o que pode resultar em danos irreversíveis ao meio ambiente. Isto, no entanto, se deve ao fato que, de um lado, o setor público não se encontra preparado para assumir a posição de gestor e real articulador desta nova prática de se fazer turismo e, de outro, as dificuldades econômicas influenciam no confronto as normas estabelecidas pelo poder público.

Isso foi evidenciado no caso do estado da Paraíba através do levantamento de dados e atividades de campo realizados entre fevereiro de 2014 e maio de 2016. Aplicando-se a metodologia proposta por Boullon (2002) observou-se quatro áreas turísticas³: Litoral, Agreste, Borborema e Sertão⁴. É nesse contexto que convidamos o leitor a analisar conosco como está sendo realizada a produção do espaço turístico na região geográfica de Campina Grande.

A pesquisa foi realizada com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), edital universal 14/2013 (472964/2013-5), sendo desenvolvida por pesquisadores do Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDs) e Grupo de Pesquisas em Geografia para Promoção da Saúde (Pró Saúde Geo). Os resultados foram publicados no relatório técnico encaminhado ao CNPq em dezembro de 2016.

2. O turismo como uma ciência da paisagem (?): convergência e dissidências.

Devido a sua natureza complexa por corresponder a uma forma de produção e apropriação espacial, o turismo vem sendo conduzido na aproximação com a noção de paisagem sendo concebido como uma ciência da paisagem (CAPDEVILLA & VALENTI, 1992). Para isto, se faz importante iniciarmos o debate sobre a noção de paisagem e turismo como elementos de uma relação dialética.

De acordo com Capdevilla & Valentini (1992) a paisagem sustenta-se em dois parâmetros: a) o da descrição e junção dos ambientes físicos e; b) o da interpretação das recordações de imagens que temos acesso. O primeiro estaria associado à visão materialista ou

³ A opção por áreas turísticas em detrimento do uso do termo região adotado pelo Ministério do Turismo decorre do entendimento de que existe incoerências quanto a identificação de regiões turísticas pelo fato do turismo se materializar no território. Tem-se, assim, regionalizações de turismo, mas não regiões turísticas (BOULLON, 2020).

⁴ Embora cientes que o IBGE tenha publicado uma nova proposta de regionalização classificando os espaços como intermediários e imediatos, optamos pela manutenção classificação inicial por utilizarmos dados obtidos entre 2015 e 2016.

fisiográfica (paisagens naturais e transformadas) produzida pela inter-relação sociedade e natureza, enquanto o segundo à percepção do indivíduo com os aspectos paisagísticos, ou seja, uma representação subjetiva.

A concepção científica aparece nas formulações de Humboldt ao associar paisagem a um conjunto de formas que caracterizam a superfície da Terra, produto das relações entre os elementos, possuindo uma estreita relação com a concepção de natureza. De acordo com Capdevilla & Valentini (1992), a definição de natureza para Humboldt se adapta a definição de paisagem uma vez que natureza seria o que cresce e desenvolve-se a partir das transformações contínuas das suas formas e movimento interior. Tal concepção serviu de parâmetro para a análise da paisagem por diferentes escolas científicas: germânica, anglo-saxônica, francesa, entre outras, entre as quais consideram que a germânica forneceria os melhores fundamentos para criação de uma “ciência da paisagem” por ter sido o berço do desenvolvimento de várias concepções sobre análise da paisagem.

Entre os autores destacados por Capdevilla & Valentini, destacam-se: Richthofen – que apresenta uma visão da superfície terrestre como interseção dos geofatores (litosfera, atmosfera, hidrosfera e biosfera); Passarge – pioneiro na identificação da paisagem em uma perspectiva global de interdependência dos fatores; Hettner – ao incluir o homem nesta perspectiva global da paisagem, intercalando os fenômenos naturais e humanos; Carl Troll – ao aproximar o conceito de paisagem às concepções formuladas pela ecologia (ecologia da paisagem a qual foi posteriormente denominada de geocologia, formulando, assim, reflexões sobre a paisagem natural e cultural); e Schluter ao definir a visão fisionômica da paisagem como primeira aproximação da realidade onde o homem se aproxima dela através da percepção dos sentidos (CAPDEVILLA & VALENTI, 1992).

A partir desse quadro de referência seria possível classificar a paisagem segundo o funcionamento e definição das unidades da mesma levando em consideração a própria história de sua formação. A paisagem seria, assim, um sistema analisado segundo a escala espacial (tridimensional) e temporal (CAPDEVILLA & VALENTI, 1992).

Embora Capdevilla & Valentini (1992) apresentem argumentos sobre a importância de se levar em consideração o elemento antrópico (associado ao abiótico e biótico) como um dos vetores estruturais do geossistema e ter delegado a devida importância ao espaço-tempo na classificação das paisagens, os autores se absterem de levar em consideração a subjetividade do homem como elemento de classificação (MEDINA, 2012). A este respeito, Boullón (2002, p. 119) adverte que o sentido da existência da paisagem depende da presença do homem tendo em

vista que a paisagem “se vai com o observador porque não passa de uma ideia da realidade que este elabora quando interpreta esteticamente o que está vendo”, sendo esta percepção variável entre os homens e ao longo do tempo. Desta forma, a paisagem deve ser classificada também como resultado de um objeto a ser observado e o interesse de alguém em observá-lo dependendo, assim, de três fatores: a) o inerente ao indivíduo - forma de ser, capacidade imaginativa, etc.; b) o educativo e cultural fornecido pela sociedade - condicionantes da sensibilidade e atitudes do observador e; c) os emotivos, afetivos e sensitivos - relação entre o observador e o meio ambiente (PIRES, 2002).

Nesse contexto, a percepção da paisagem teria como elementos básicos a própria paisagem (compostas por formas naturais e humanizadas), a visibilidade (zona física de visão entre o observador e a paisagem), o observador e a interpretação (significado) deste para com a paisagem observada (PIRES, 2002).

A partir dessa perspectiva, observa-se que o conceito de paisagem possui uma relação intrínseca com o turismo na medida em que este, independente da matriz que o sustenta, só existe pela apreensão humana seja pela apropriação ou consumo dos espaços (paisagens) caracterizando-se, portanto, como um dos principais conceitos responsáveis pelo turismo (LOHMANN, 2012).

O ponto de partida para compreendermos esta relação está na identificação do significado de turismo, seguido por uma análise de como este pode interferir na produção e consumo de espaços onde a paisagem aparece como ligação. Para este entendimento faz-se necessário um breve resgate sobre a “historiografia” do turismo.

Oliveira (2001, p. 39) associa o turismo como sendo uma “ciência, arte e atividade capaz de atrair, transportar e alojar visitantes, com o objetivo de satisfazer suas necessidades e a seus desejos”. Contudo, a literatura atual aponta como sendo mais apropriado a associação do mesmo como uma das atividades objeto de estudo de outras ciências entre as quais a Geografia vem ganhando espaço nas últimas décadas.

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT) o turismo relaciona-se a um “conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural, produzidos numa localidade, decorrentes da presença temporária de pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos” (OLIVEIRA, 2001, p. 39).

Pires (2002) entende que o turismo não pode estar limitado a um resultado econômico, financeiro, político, social e cultural. É também isso, mas principalmente o reflexo temporal

dessas influências em um determinado espaço com escalas hierárquicas diferenciadas, porém indissociáveis, assimiladas por um observador. Nesse contexto, Pires (2002, p. 162) compreende a paisagem como um elemento essencial para o turismo ao compreender que este “pode ser concebido como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui como elemento essencial”.

Avançando um pouco mais nessa perspectiva, Rodrigues (1997) utiliza o termo **espaço turístico** para identificar a influência desta atividade no consumo do espaço uma vez que seus aspectos (elementos) são dotados de territorialidades e intencionalidades. Completa ainda ratificando a importância do estudo da paisagem ao enquadrá-la como um **extraordinário recurso** sendo importante a análise da imagem (percepção) que a paisagem produz no observador e como este interfere em sua dinâmica.

A Geografia assume um papel de destaque uma vez que enquanto ciência da sociedade pode fornecer bons subsídios teórico-metodológicos para o estudo do turismo ao adaptar as suas concepções à análise da organização espacial pela atividade turística passando a depender da eficiência de quatro fatores: a) atrativos – potencial paisagístico para implementação de uma atividade diferente ou inovadora; b) empreendimentos – equipamentos (bens e serviços) fundamentais a eficiência da atividade; c) infraestrutura – sistemas e as redes de intercâmbio entre os atores do turismo em suas diferentes escalas e; d) superestrutura – que corresponde aos principais agentes (poder público e empresas privadas) planejadores e difusores de espaços turísticos (BOULLÓN, 2002). Percebe-se, com a evidência destes elementos, toda uma geograficidade da atividade turística.

De fato, estes elementos influenciam diretamente no processo de criação de paisagens para o turismo. Estas, por sua vez, devem ser analisadas observando suas qualidades (potencialidades); suas propriedades (como esses fatores se relacionam; quais os predominantes; quais os que se repetem); seus tipos (homogênea ou heterogênea, dependendo da relação dos elementos) e; sua descrição quanto à estrutura (componentes de ordem natural ou antrópico), forma nítida e diferenciação (BOULLÓN, 2002). Desta forma, o modelo metodológico proposto por Bouillon (2002) se apresenta bastante eficiente na análise da paisagem uma vez que propõe o estudo através de uma análise – identificação dos elementos; seguida por um diagnóstico – classificação desses elementos; tratamento – correções; previsão – estudo dinâmico; para finalmente ser fornecida uma síntese – prevenção ou restauração (CAPDEVILLA, PLA, & VALENTI, 1992). Pires (2002), no entanto, nos adverte para analisarmos também a percepção que esta paisagem provoca.

Contudo, em um estudo de Geografia do Turismo se faz necessário identificarmos, nos elementos geográficos os “nós” que sobrepõem os condicionantes geográficos aos elementos turísticos. A paisagem é um desses elos. Sua interpretação, no entanto, pode ser analisada tanto numa perspectiva mais dialética – análise do grau de influência dos objetos – como numa perspectiva fenomenológica, onde a percepção e/ou o imaginário provoca mudanças fisionômicas no espaço.

No primeiro caso, o ponto de partida estaria relacionado à investigação sobre a trajetória das ações dos atores sociais e a trajetória das mudanças espaciais produzidas pelo turismo; no segundo caso, a metodologia mais adequada seria o uso da pesquisa qualitativa que, além da identificação das intencionalidades dos atores sociais, nos forneceria um parâmetro acerca do vínculo destes com o espaço e de como os recortes espaciais têm se alterado ao longo do tempo. Não obstante, tanto uma opção como outra não podem ser utilizadas de forma isolada ou desconexa, uma vez que a análise espacial necessita do aporte fornecido por ambas.

As diversas classificações de paisagem evidenciadas perdem sentido uma vez que a classificação depende sempre da perspectiva e interesse do observador, havendo mudanças na forma de sua percepção e de seu juízo sobre uma mesma situação real (BOULLÓN, 2002) a qual pode ser realizada de três formas: a) **Turista espectador** - não tem contato com a paisagem, limitando-se a observá-la, a exemplo de um passeio de ônibus; b) **Turista agente** - não vive a paisagem, mas se utiliza dela para alguma atividade, a exemplo de esportes e; c) **Turista agente-observador** – caracterizado como aquele que entra e permanece na paisagem;

Diante do exposto é possível considerar a existência de uma relação direta entre a infraestrutura que caracteriza o espaço como efetivamente turístico e os espaços que possuem atrativos turísticos, mas carecem de outros elementos que possam proporcionar uma influência na dinâmica socioespacial da localidade.

No primeiro caso a produção do espaço turístico se expressa na existência de um Centro Turístico (área na qual se superpõe os fatores anteriormente evidenciados – atrativos, empreendimentos, infraestrutura e superestrutura) e sua capacidade de conexão de outros espaços com atrativos diversificados. Já no segundo caso, os espaços têm seus atrativos isolados. No primeiro caso se produz espaço turístico ao tempo em que no segundo se faz turismo.

3. Entre conceitos e métodos: definindo os parâmetros para uma abordagem geográfica do turismo: a estruturação em debate.

A Geografia, e mais precisamente os geógrafos, tem vivenciado, nestas últimas décadas, algumas inovações na perspectiva de abordagem do seu objeto de estudo: o espaço geográfico. Isto se deve, em parte, ao desenvolvimento de pesquisas nas áreas de saúde, meio ambiente, turismo, entre outras que, embora interfiram na organização e reestruturação espacial, eram abordadas pelos geógrafos de forma pontual sem as devidas inter-relações.

Dessas novas “demandas” sócio-acadêmicas, o turismo tem se destacado devido a sua proximidade com o objeto e os objetivos de estudo dos geógrafos, especialmente no que se refere à dificuldade de se firmar e enquadrar-se a uma perspectiva única de investigação científica, fato que tradicionalmente tem causado fortes embates entre os geógrafos. Acrescenta-se a isto a existência de questionamentos quanto ao reconhecimento do turismo enquanto ciência ou se este corresponderia a mais uma atividade econômica que, dependendo do interesse e objetivos dos agentes que o promovem e dos atores que dão significado a sua existência, só serve para associa-lo enquanto atividade prática originada pelo desenvolvimento social (BOULLÓN, 2002). Contendas à parte, o fato é que, desde sua difusão, em meados do século XIX, o turismo vem se constituindo como uma das mais complexas atividades econômicas de produção e consumo de espaços (CRUZ, 2002) especialmente os ambientes urbanos aonde se evidenciam as principais políticas de reordenamento das funções territoriais.

Se partirmos do pressuposto defendido por Medina (2012) de que toda investigação científica desenvolvida pelas ciências da sociedade sobre o fenômeno turístico se inicia pela definição do objeto a ser investigado, fato que direciona para o inevitável recorte teórico e metodológico da realidade, a contribuição dos geógrafos para o estudo do turismo se estrutura de forma complexa, uma vez que o próprio espaço, objeto de estudo do geógrafo, tem seu significado expresso na complexidade das relações socioespaciais da realidade investigada.

O fato é que ao mesmo tempo em que a Geografia tem procurado construir uma base sólida (PEARCE, 2003) que ratifique a necessidade de criação de vínculos com o turismo (Geografia do Turismo), as organizações sociais, especialmente as de localidades menos desenvolvidas, têm buscado no turismo uma forma de inserção e desenvolvimento socioespacial a partir do processo de reestruturação decorrentes de rearticulações hierárquicas entre os espaços envolvidos.

De acordo com Cruz (2002) o turismo produz um efeito contraditório nas dinâmicas socioespaciais em que se desenvolve como alternativa econômica proporcionando, de um lado, o desenvolvimento das localidades com a consolidação de redes de desenvolvimento autossustentáveis e, por outro, a evidência das dificuldades estruturantes para o

desenvolvimento das atividades turísticas de produção e consumo dos espaços. Desta forma, o turismo deixa de ser um produto da “contingência”, se transformando em forte “arma” de reordenamento espacial.

O entendimento do significado do turismo pela abordagem geográfica supera, portanto, as definições tradicionais que relacionam esta atividade como mais uma função espacial. Enquanto evento-consequência de práticas de produção e apropriação espacial, o turismo aparece como um fato social estruturado pelas diferentes intencionalidades de sujeitos sociais preocupados com a difusão da gestão dos territórios, produção e consumo sendo parte, portanto, da diversidade de eventos que interferem na reestruturação dos espaços dando a estes novas relações e funções.

Se fizermos um resgate sobre a produção geográfica, desde o período pós-sistematização científica (século XIX), poderemos evidenciar que, assim como ocorre com outros fatores responsáveis pela relação socioespacial, o turismo tem seu desenvolvimento em harmonia com a investigação científica, fato que pode justificar a pertinência de estudá-lo segundo o viés geográfico. Isto é facilmente observado quando nos reportamos à produção de geógrafos da Geografia Tradicional, como Humboldt e Ritter que, apoiados na visão positivista, estipularam os conceitos de paisagem e região (natural e transformada) como forma de explicação da relação do homem com a natureza e a associação desta através de representações de paisagens.

O turismo se adapta bem a esse contexto ao valorizar as “belezas paradisíacas” produzidas pela natureza, especialmente em regiões pouco habitadas e de difícil acesso (OLIVEIRA, 2001). Com a influência de “agentes patrocinadores”, não demorou muito para que a atividade turística se utilizasse, indiretamente, do aporte descritivo fornecido pela Geografia ao optar pela seleção de espaços destinados à atividade turística. Tais espaços, em especial os urbanos, passaram a ser não apenas os que compreendiam os cenários naturais, mas também as grandes construções e monumentos arquitetônicos históricos.

A produção geográfica se torna novamente fundamental para explicação dessas novas relações socioespaciais produzidas pelo turismo. Compreendidos como delimitação de áreas, os conceitos de região e território passam a ser utilizados na análise das organizações espaciais. Para isso, a Geografia, da segunda metade do século XX, busca nos modelos sistêmicos o embasamento para a análise das funcionalidades definidas para o espaço e dos elementos responsáveis por sua produção. Tal fator coincide com as descobertas das praias como ambiente de lazer, especialmente por parte dos europeus que, no período de férias e fugindo do rigor do

inverno, rumaram em direção as orlas marítimas da região tropical e intertropical (OLIVEIRA, 2001).

Isto foi ainda mais acentuado com a criação de empreendimentos e roteiros destinados exclusivamente para a atividade turística. Assim, o turismo passa a ser também enquadrado como um sistema cuja dinâmica encontra-se relacionada ao diálogo oferta e demanda. Novamente existe uma valorização da paisagem, estipulada como potencialidade devido ao seu caráter estético produzido pelo arranjo e interdependência de seus elementos.

Nesse contexto, os ecossistemas costeiros, especialmente no Nordeste brasileiro, se tornaram os condicionantes paisagísticos mais valorizados pelos visitantes e, evidentemente, pelos agentes de turismo. Em contraposição, com o objetivo de se adaptar a esta nova conjuntura, os espaços urbanos, especialmente os das capitais litorâneas, são reconstruídos através da implantação de novos equipamentos e infraestruturas que, direta ou indiretamente, são criados para o atendimento das novas demandas espaciais “impostas” pela atividade turística sendo conectados em redes de desenvolvimento socioterritorial.

A inclusão do turismo como alternativa de desenvolvimento tem, portanto, provocado mudanças significativas no sistema urbano dos municípios selecionados pelos gestores públicos e pelas grandes corporações. A estruturação das redes entre as cidades reforça a relação dialética na promoção da integração territorial a partir da valorização contraditória de um movimento centrífugo (ao reforçar a estruturação de redes entre os municípios de forma a promover a dispersão do processo de reestruturação socioespacial) e centrípeto (ao reafirmar os centros urbanos tradicionais como principais espaços do sistema proposto).

Desta forma, apesar do discurso de promover a formação de uma rede de desenvolvimento a partir de investimentos nas funções turísticas de espaços turísticos sejam estes reais ou potenciais, a estruturação urbana consequente da difusão desta atividade continua sendo limitada ao priorizar espaços urbanos tradicionalmente selecionados como centrais, colocando em xeque a eficiência da formação de uma rede de desenvolvimento.

O sistema turístico e a rede onde este se encontra situado é, portanto, produto da relação entre os polos de atração e os espaços satélites cujos atrativos passam a dar sentido ao espaço turístico, confabulando para a criação de espaços hierárquicos para o desenvolvimento do turismo (BARROS, 2002). Entre os aspectos que passam a ser relevantes para o desenvolvimento do sistema turístico destacam-se os elementos arquitetônicos de valor histórico, estimulando vários centros urbanos a investirem na construção de infraestrutura para “exploração” do turismo cultural. Com o estabelecimento de vários pontos de atração e difusão

são criadas as primeiras redes turísticas, ou seja, o turismo passa a não privilegiar o fixo, mas os roteiros, contribuindo para uma maior divulgação das regiões que investiram na atividade turística, apesar das limitações anteriormente mencionadas.

No que se refere à produção social do espaço turístico estes fenômenos emergem como um dos mais importantes desafios aos gestores públicos e agentes empreendedores uma vez que a seleção de territórios justificada na estruturação de uma rede de integração funcional, nem sempre materializada de forma voluntária, implica na exclusão de outros materializando um jogo dialético no qual a integração funcional implica na própria segregação espacial.

A complexidade estaria, neste sentido, refletida nas multiterritorialidades produzidas pela relação espaço-tempo uma vez que os sujeitos que a produzem se apresentam de forma diferenciada ao longo de qualquer tipo de formação espacial: ora predominando o fator econômico; ora predominando o fator político e; em outros momentos, predominando o fator ideológico. Este predomínio, no entanto, não significa que ocorre isoladamente, mas se sobrepõe, o que explica a complexidade de se estudar como a sociedade se configura diante das mudanças espaciais.

4. A espacialização do turismo no estado da Paraíba

Para o entendimento da problemática proposta recorreremos à adoção de procedimentos metodológicos que possibilitassem uma leitura abrangente do objeto investigado sem negligenciar a necessidade de se apropriar diretamente da análise das paisagens enquanto expressão de espaço produzido para o turismo. Tal embasamento buscou mesclar os procedimentos propostos por Boullón (2002) e Capdevilla & Valentini (1992) acrescidos de procedimentos particulares desenvolvidos pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa a exemplo da confecção e preenchimento de formulário técnico realizado durante as sete visitas realizadas em municípios do estado da Paraíba entre 2014 e 2016.

No que concerne às contribuições de Boullón (2002) recorreremos ao entendimento do espaço turístico a partir da identificação de cinco tipos de espaços turísticos, sendo estes: a) real (existente); b) potencial (condições de existência futuras); c) cultural (artificialmente produzido); d) natural adaptado (estruturado segundo a conservação paisagística original) e; e) artificial ou urbano (artefatos construídos pelo homem).

Recorreremos ainda à proposta de Boullón (2002, p. 80) ao definir como “forma ideal” para definição dos espaços turísticos, o uso do método empírico por possibilitar a observação da “distribuição territorial dos atrativos turísticos e do empreendimento”. Assim sendo,

adequando o procedimento proposto pelo autor, identificamos na realidade do espaço geográfico da Paraíba os seguintes componentes: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo e conjunto (SOUZA JUNIOR, 2018), os quais possuem as seguintes características:

- a) **Zona turística** - corresponde à maior unidade de estruturação de um espaço turístico, tendo, por exigência, o número mínimo de dez atrativos turísticos independentes de sua natureza. Para sua delimitação, são necessários equipamentos e, pelo menos, dois centros turísticos conectados entre si por uma infraestrutura de transporte.
- b) **Área turística** – partes que compõem uma zona turística, sendo composta por atrativos contíguos. Necessita igualmente de uma infraestrutura de transporte e comunicação de forma a conectar todos os elementos turísticos que a integram e de, pelo menos, um centro turístico.
- c) **Complexo turístico** – corresponde ao grau de complexidade de um espaço turístico, no qual, dentro de uma mesma área ou zona, se tem um número significativo de atrativos turísticos maiores dos que os contidos em um centro e inferiores aos contidos em uma zona, os quais devem ser qualitativos a ponto de influenciar uma permanência superior a três dias.
- d) **Centro turístico** – todo espaço urbano que contém atrativo turístico intrínseco a sua área ou no raio de influência de forma a proporcionar o retorno no mesmo dia, e cuja distância de deslocamento seja de, no máximo, duas horas, tendo como referência um ônibus de transporte turístico com deslocamento inferior a 180km
- e) **Unidade turística** – corresponde aos espaços nos quais um ou dois atrativos apresentam-se dependentes, exercendo influências entre si. As unidades não possuem as mesmas condições de um centro e são superiores à caracterização de um atrativo. A unidade corresponde a uma junção de atrativos contidos em um mesmo espaço, tendo como requisitos básicos a hospedagem e a alimentação.
- f) **Núcleo** – consiste em agrupamentos com um ou mais atrativos isolados, sem a devida conexão com outros espaços.
- g) **Conjunto** – consiste no agrupamento de núcleos que passam a se conectar com outros espaços, os quais passam a criar relações.

Para classificação desses espaços foram realizadas atividades de campo em municípios selecionados a partir de indicadores de órgãos do governo responsáveis pela classificação dos tipos de atividades turísticas no estado: a Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR) e as secretarias municipais de turismo. A escolha dos municípios se deu a partir da identificação de pelo menos dois entre os três critérios identificados em pesquisa anterior: a) classificação no mapa da do Turismo do Ministério; b) identificação de infraestrutura real e potencial para o turismo e; c) importância econômica para o centro turístico.

Considerando esses critérios foram identificados os seguintes municípios: João Pessoa,

Conde, Cabedelo, Lucena, Baía da Traição, Guarabira, Ingá, Fagundes, Cabaceiras, Areia, Bananeira, Aroeira, Pochinhos, Campina Grande, Pedra Lavrada, São Mamede, Patos, Pombal, Teixeira, Princesa, São José do Bonfim, Sousa e Cajazeiras.

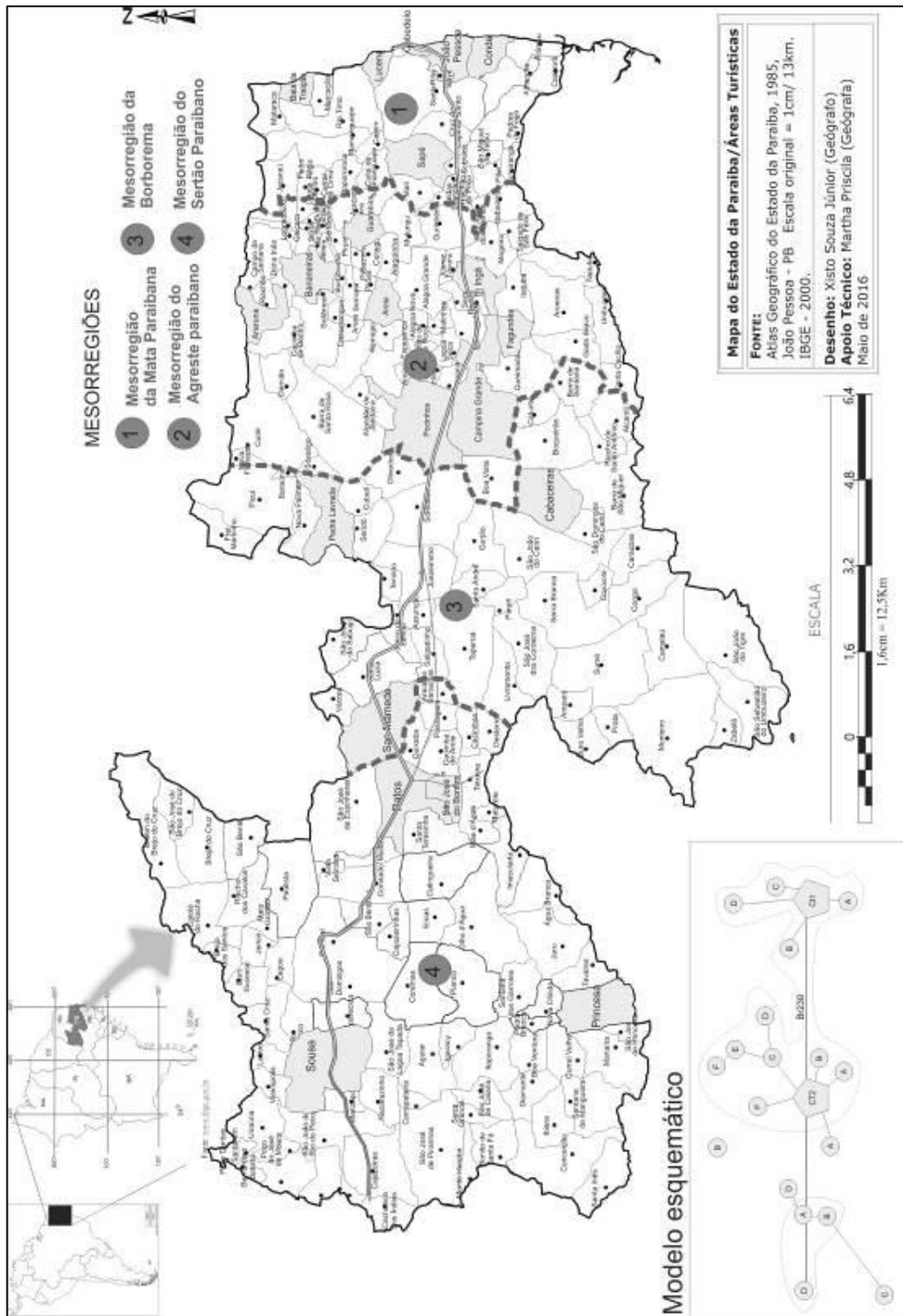
Para a realização das atividades de campo foram capacitados estudantes vinculados ao GIDs com o objetivo de aplicar questionários e realizar entrevistas junto a turistas que estavam em visita às localidades pesquisadas com o objetivo de obter informações sobre a percepção espacial dos mesmos no que se refere a classificação dos espaços como turísticos. Para a realização destas atividades optou-se pela escolha de períodos classificados como de “baixa temporada” por considerarmos o fato de a preocupação estar pautada na opção pela análise da produção e apropriação do espaço dando a este uma função turística devido à caracterização de suas paisagens evitando ou reduzindo, portanto, o risco de se ter a participação de visitantes presentes no espaço enquanto participantes de atividades ou eventos que não necessariamente são produtores e consumidores de espaços.

A partir das informações obtidas nas atividades de campo, identificou-se na Paraíba a existência de quatro áreas turísticas: a) Mata Paraibana; b) Agreste Paraibano; c) Borborema e d) Sertão Paraibano. Destas, apenas a da Mata Paraibana apresenta requisitos para ser concebida como espaço turístico, estando as demais em processo de consolidação (Agreste) e implementação (Sertão Paraibano), segundo as classificações do IBGE (2017)⁵.

De acordo com o banco de dados formulado, o turismo no estado da Paraíba continua ainda se concentrar no eixo litorâneo e na região do agreste paraibano, espaços estes expressos por uma Zona Turística composta por duas áreas turísticas tendo os municípios de João Pessoa e Campina Grande como principais Centros Turísticos, conforme observado no item anterior. Já nas mesorregiões da Borborema e Sertão observa-se um isolamento entre os espaços potenciais uma vez que possuem fragilidades em seus atrativos (uso e reconhecimento do potencial paisagístico), empreendimentos (ausência de equipamentos que proporcionem a consolidação dos espaços turísticos), infraestrutura (sistema e redes de intercâmbio) e superestrutura - inclusão e reconhecimento desses espaços no planejamento da gestão estadual e municipal (Figura 1).

⁵ Por se tratar de uma análise das observações espaciais obtidas entre 2013 e 2017, quando ainda não se tinha a atual regionalização geográfica em regiões imediatas e intermediárias, optamos por manter as nomenclaturas utilizadas neste recorte temporal: classificação em mesorregiões e microrregiões geográficas.

Figura 1 - Espacialização das áreas turísticas



Fonte: Souza Júnior, 2018. – Elaborado pelo autor

Observou-se a relação demanda-oferta como requisitos de estruturação dos empreendimentos. Assim sendo, desconsiderou-se a existência de atrativos isolados existentes nos municípios na medida em que se valorizou a presença dos elementos que comportam as

paisagens turísticas: existência da infraestrutura e superestrutura. O uso deste critério nos possibilitou um mapeamento totalmente discordante do proposto pelo estado e pela PBTUR que consideram a presença isolada dos eventos.

Na observação da importância da infraestrutura como requisito para classificação dos espaços turísticos, considera-se o fato de que esta se divide quanto ao aspecto físico em rede (conexões entre empreendimentos) e sistema (multifuncionalidades presentes no espaço físico); e quanto à localização em externa (geral) ou interna (ativa as conexões entre os empreendimentos). Esta última, infraestrutura interna, é a que pode ser associada como turística uma vez que tem como objetivo exclusivo movimentar os fluxos ou o sistema.

A superestrutura é um subsistema superior que possibilita o desenvolvimento eficiente do sistema turístico. Esta se divide em: a) administração pública - responsável pelo ordenamento (difusão e dinamização) da atividade turística através da divulgação dos espaços e controle de uso; e iniciativa privada - responsável pelo avivamento dos espaços turísticos ao facilitar as negociações entre o turista - agente que tem interesse de uso de um objeto (espaço ou paisagem) - e o espaço que oferece atratividades turísticas - objeto que necessita de uso para ter significado. Desta forma, assim como os atrativos, empreendimentos e infraestrutura, a superestrutura é um dos principais elementos para um empreendimento de uma atividade turística realmente eficiente e eficaz.

Durante a realização das atividades de campo observou-se que na mesorregião da Mata Paraibana se evidencia a existência de uma área turística composta por cinco espaços turísticos (João Pessoa, Conde, Cabedelo, Baía da Traição e Sape) dos quais o município de João Pessoa se destaca pela complexidade e influência não apenas nesta área, mas em todo o estado. Já a mesorregião do Agreste Paraibano se evidenciou a presença de nove espaços turísticos (Campina Grande, Guarabira, Areia, Bananeiras, Araruna, Pocinhos, Ingá, Fagundes e Cabaceiras), dos quais Campina Grande se constitui como Centro Turístico em consolidação ao tempo em que Araruna, Ingá, Pocinhos e Fagundes se destacam como espaços potenciais, uma vez que não atendem aos critérios mencionados anteriormente, especialmente no que se refere à infraestrutura turística.

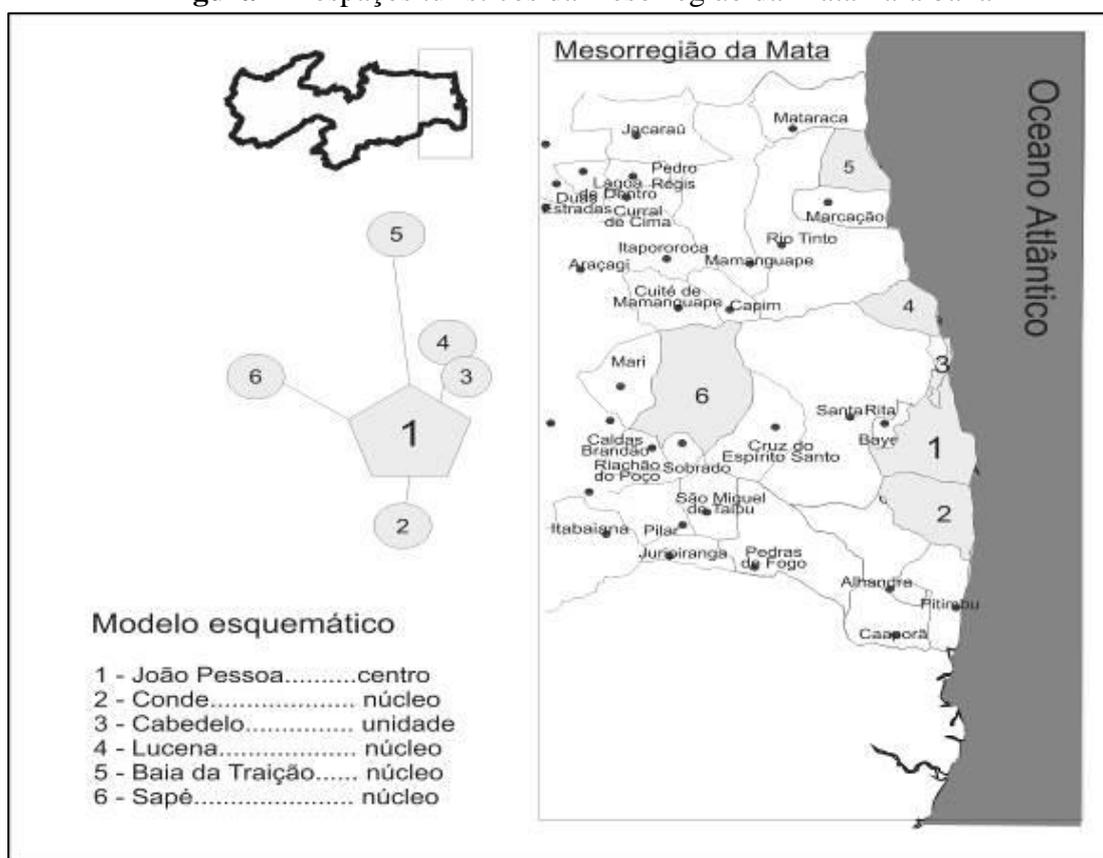
a) *Mesorregião da Mata Paraibana*

Caracteriza-se como a principal área turística do estado da Paraíba não apenas por ter a capital administrativa do estado (João Pessoa), cuja importância política possibilita a atração

dos principais investimentos em infraestrutura e equipamentos, mas por corresponder à faixa litorânea, espaço este tradicionalmente apropriado pelas atividades turísticas (Figura 2).

Apesar disso, apenas poucos espaços têm despertado o interesse dos agentes empreendedores. Entre estes espaços a cidade de João Pessoa caracteriza-se como principal, uma vez que se apresenta como espaço de atração e dispersão no estado da Paraíba, sendo, portanto, um espaço complexo, repleto de atrativos diversificados. Contudo, a cidade destaca-se pela influência exercida em outros municípios da mesorregião da Mata Paraibana e do estado da Paraíba de modo geral.

Figura 2 – espaços turísticos da mesorregião da Mata Paraibana



Fonte: Souza Júnior, 2018 – elaborado pelo autor

A cidade de João Pessoa caracteriza-se, portanto, como o principal espaço turístico do estado da Paraíba tanto em termos de diversidade como no que se refere à complexidade, infraestrutura e equipamentos disponíveis. Neste espaço, evidenciaram-se diferentes tipos de atividades que possuem como natureza o processo de apropriação espacial, a exemplo do turismo cultural localizado no setor histórico, turismo litorâneo, localizado na orla marítima e turismo científico caracterizado pelo Espaço Ciência e Centro de Convenções, além de diversas opções relacionadas ao turismo natural e de negócios. Apesar destas características, a cidade

diferencia-se das demais (incluindo de capitais de outros estados) pelo fato de fornecer uma qualidade de vida aos visitantes uma vez que, embora sede de uma região metropolitana, possui características de cidade de porte médio.

Na região sul da cidade de João Pessoa foi possível mapear a existência de um núcleo turístico localizado no município de Conde: a praia de Tambaba aonde se desenvolve a prática do naturalismo. A sua classificação como núcleo se dá pelo fato de que o acesso ao espaço é controlado de forma a preservar as individualidades dos usuários que são obrigados a se despir para ter acesso ao espaço.

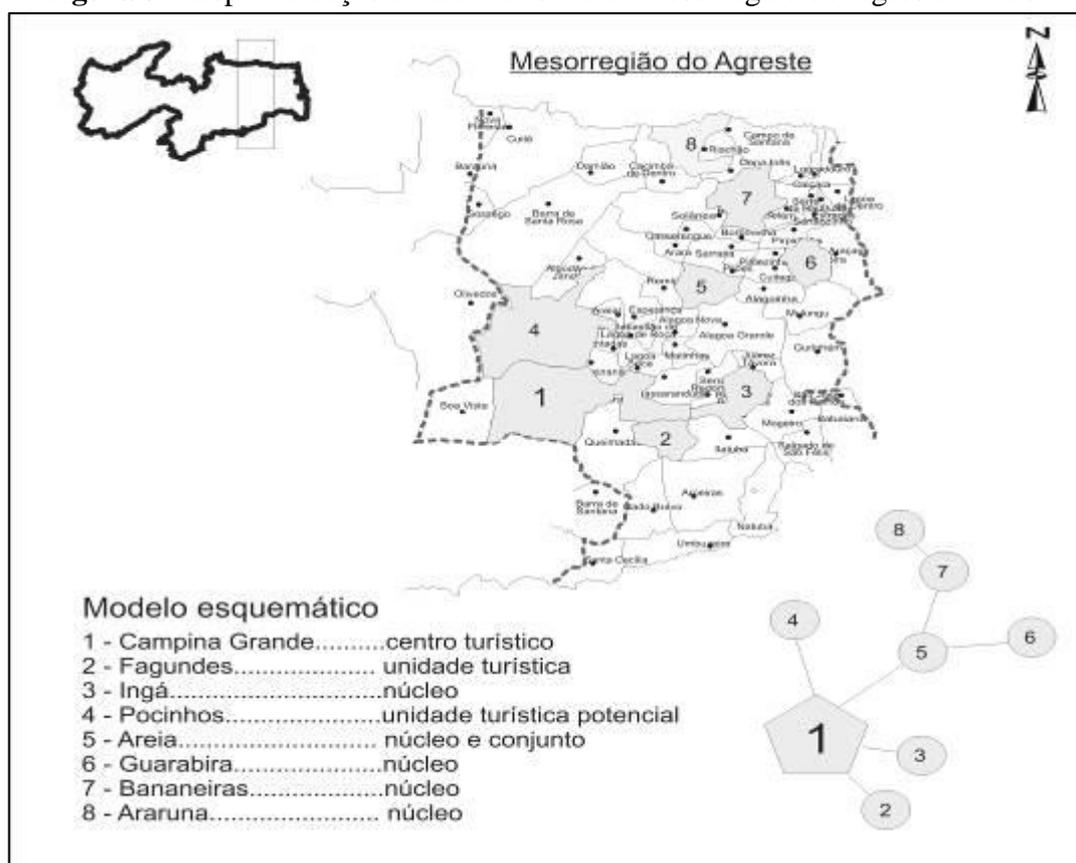
Já ao norte da cidade de João Pessoa foram identificados mais três espaços: Cabedelo, Lucena e Baía da Traição. Cabedelo destaca-se como unidade turística pelo fato de sua conexão direta a João Pessoa, tendo como principal atrativo o pôr do sol na Praia do Jacaré e as praias ambientalmente preservadas a exemplo de Areia Vermelha. Já Lucena caracteriza-se como um núcleo turístico, pelo fato de possuir como único atrativo a visita ao projeto Peixe Boi, o qual, apesar de bastante demandado, possui sérios problemas de acessibilidade. O último município que faz fronteira norte com a cidade de João Pessoa é o município de Baía da Traição, no qual se destaca o turismo cultural. Ao contrário de Cabedelo que possui uma integração com João Pessoa, os espaços de Lucena e Baía da Traição são caracterizados como núcleo turístico por estarem isolados no que se refere a suas configurações como roteiro de visitação.

Finalmente, a oeste destaca-se o município de Sapé no qual se destacam os aspectos rurais com a presença de fazendas e chácaras utilizadas para retiros espirituais das mais diferentes crenças.

b) Mesorregião do Agreste Paraibano

Embora com mais municípios selecionados para análise, a mesorregião do Agreste Paraibano possui uma área turística ainda não completamente estruturada devido a dois fatores principais: a) a principal cidade (Campina Grande) não possui uma característica de centro turístico, uma vez que o seu próprio espaço ainda está em processo de estruturação e; b) os espaços turísticos que compõem esta área ainda estão desconectados em termos de interdependência entre os atrativos (Figura 3).

Figura 3 – Espacialização da área turística da mesorregião do Agreste Paraibano.



Fonte: Souza Júnior, 2018 – elaborado pelo autor

No que se refere à produção do espaço turístico de Campina Grande este ainda está em processo de estruturação. Apesar de diversos atrativos capazes de influenciar em visitas à cidade, a exemplo das festas juninas e do carnaval que congrega vários eventos religiosos, o qual se caracteriza como um diferencial no contexto regional, Campina Grande ainda não possui um espaço característico estruturado. Apesar de ser a segunda cidade mais importante no estado da Paraíba, Campina Grande necessita de investimentos em infraestrutura e equipamentos turísticos.

As visitas feitas pelos turistas, quando os mesmos não realizam por motivos de negócio, limitam-se a participação nos eventos. Assim sendo, o turista não se apropria efetivamente do espaço. Por outro lado, embora seja atualmente um espaço de atração, a maioria dos visitantes tem ainda João Pessoa como o principal espaço de atração e dispersão. Tal fato coloca em xeque a função da cidade de Campina Grande como um centro turístico, apesar do potencial para isto. Contudo, considerando a sua importância dentro do estado da Paraíba e o seu potencial paisagístico, Campina Grande se caracteriza como um centro turístico potencial.

Ao norte da cidade de Campina Grande destacam-se os municípios de Areia, Bananeiras e Araruna. No caso dos dois primeiros (Areia e Bananeira) evidenciou-se uma classificação

diversificada, uma vez que tanto se apresentam como núcleo turístico, se considerarmos o fato de que os atrativos estão restritos aos seus respectivos espaços, como podem ser mapeadas como conjunto turístico se considerarmos a influência destas cidades em atividades culturais, como o Circuito do Frio, e na apropriação das paisagens naturais através das trilhas que as conectam.

Já Araruna caracteriza-se como núcleo, uma vez que ainda se encontra isolada, embora o seu principal atrativo (a Pedra da Boca) atraia muitos visitantes. O principal problema está relacionado à ausência de infraestrutura capaz de acolher de forma adequada os visitantes, a exemplo das condições de acessibilidade e hospedagem.

Ao Sul/sudeste do município de Campina Grande destacam-se os municípios de Fagundes e Ingá. No caso de Fagundes o turismo religioso (Pedra de Santo Antônio), associado à evidência de inscrições rupestres no espaço rural, influenciam na caracterização da cidade como unidade turística. Já o município de Ingá caracteriza-se como um núcleo turístico, uma vez que seu espaço está restrito aos registros rupestres, a exemplo do município de Pocinhos, embora este tenha potencial para estruturação do seu espaço para o turismo.

Já Guarabira se destaca como núcleo turístico devido à existência da visita a estátua de Frei Damião que atrai visitantes durante todo o ano. Durante a atividade de campo, pode-se evidenciar o descaso da gestão municipal quanto à manutenção desse atrativo, especialmente no que se refere à acessibilidade e ausência de infraestrutura para recepcionar o visitante, assim como ações de manutenção do atrativo que durante boa parte do ano nos momentos em que não existe o calendário das romarias o mesmo encontra-se abandonado.

Finalmente, observou-se uma influência de Campina Grande com outros municípios da mesorregião da Borborema que já possui reconhecimento como atrativo turístico a exemplo de Cabaceiras por seu potencial ecológico/antropológico (lajedo de Pai Mateus) e cultural (cidade cinematográfica).

c) *Mesorregião da Borborema e do Sertão Paraibano*

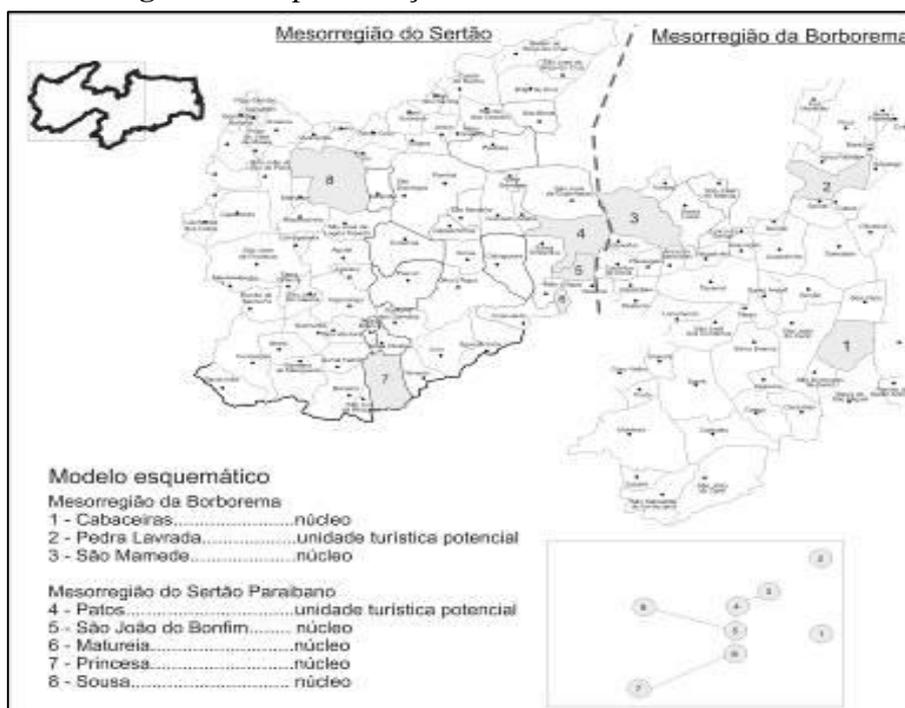
As visitas aos municípios destas regiões mostraram uma realidade diferente daquela defendida pelos gestores públicos e empreendedores do setor que promovem o discurso da existência de uma interiorização do turismo no estado. Durante a atividade de campo não constatamos a existência de centros turísticos. Os atrativos estão isolados e são pouco divulgados nas agências de viagem, hotéis ou pousadas. Apesar de alguns atrativos terem uma infraestrutura moderada, a ausência de acessibilidades entre eles associada à ausência de um

espaço que se caracterize como centro turístico coloca em xeque a formação de áreas turísticas nestas regiões.

De acordo com as observações realizadas em campo os municípios estão distantes de obtenção dos requisitos mínimos para a seleção de um destes como centro turístico, sendo mais viável a incorporação dos mesmos como pertencentes ao Centro Turístico de Campina Grande.

No caso da mesorregião da Borborema a atividade de campo possibilitou identificar três municípios em condições de se caracterizarem como espaços turísticos: Cabaceiras, Pedra Lavrada e São Mamede (Figura 4). Entre estes municípios a de se destacar que Cabaceiras, apesar de estar geograficamente localizada na região da Borborema, possui uma relação socioespacial com Campina Grande e São Mamede, também localizada nesta região, possui uma maior proximidade com a cidade de Patos.

Figura 4 – Espacialização da área turística da Borborema



Fonte: Souza Júnior, 2018 – elaborado pelo autor.

Conhecida como “Roliúde nordestina”, Cabaceiras destaca-se como núcleo turístico em estruturação e já consta como referência de visitação. Entre os atrativos existentes destaca-se o Lajedo do Pai Mateus – relicário ambiental dos afloramentos rochosos do Seridó. O município tem investido muito para a consolidação do turismo enquanto alternativa econômica para a cidade, especialmente no que se refere à acessibilidade e sinalização.

Já Pedra Lavrada polariza uma região com dez sítios arqueológicos: Cantagalo, Serra

das Flechas, Pedra do Solon, Quixaba, Retiro, Cumati, Serra Branca, Salgadinho II, Boa Esperança e São Gonçalo. A maioria das tradições rupestres encontradas nesses sítios são Agreste/Nordeste, tendo em algumas localidades as Itacoatiaras, a qual se caracteriza como a mais famosa estando localizada no Complexo Arqueológico do Cantagalo. Trata-se do monumento conhecido como Pedra de Retumba, que infelizmente hoje encontra-se soterrado às margens do riacho Cantagalo. Com exceção do Complexo Arqueológico do Cantagalo e da Pedra do Letreiro na Serra das Flechas que estão com grau de conservação comprometido, a maioria está em razoável estado de conservação.

Já com relação à região do Sertão Paraibano foram identificados cinco municípios: Patos, São José do Bonfim, Matureia, Princesa e Sousa. Entre estes municípios apenas Patos possui condições mínimas para se configurar como Centro Turístico. Porém, devido à falta de infraestrutura e equipamentos, especialmente no que se refere a serviços de hospedagem e alimentação, acessibilidade e sinalização. Os outros quatro municípios (São José do Bonfim, Matureia, Sousa e Princesa) foram caracterizados como núcleo devido, justamente, ao isolamento dos atrativos, conforme observado na figura 4.

No caso de Patos, considerando-se sua posição estratégica e na atual complexidade do espaço urbano, poder-se-ia efetivar sua caracterização como unidade tendo como referência a existência de um importante atrativo turístico dentro do seu espaço urbano (o memorial Cruz da Menina) e as condições de acessibilidade para os demais municípios.

São José do Bonfim caracteriza-se como núcleo turístico tendo como atrativo o turismo natural a partir da Pedra do Tendó. O local possui uma estrutura razoável com a presença de um restaurante. É possível visualizar a partir do local a depressão sertaneja sendo, portanto, um atrativo no qual é possível uma relação da atividade turística com o conhecimento científico.

Já no município de Matureia localiza-se o Pico do Jabre, pico mais alto do estado da Paraíba. Na base do acesso ao empreendimento existe uma ruína de um antigo ponto avançado da empresa de energia elétrica do estado da Paraíba, o qual, se bem estruturado, pode servir como referência para implantação de um centro de recepção dos visitantes. O acesso ao Pico é íngreme e muito complicado para ser realizado a pé. A paisagem sertaneja pode ser contemplada em seu topo, apesar da presença de várias antenas de empresas de telefonia que locaram suas antenas no local.

Já na cidade de Princesa destaca-se a existência do Casarão das Almas, local no qual funciona um museu que retrata alguns momentos em que Lampião utilizava para fugir da polícia de Pernambuco (PE) e Paraíba (PB) uma vez que o casarão fica justamente na linha de fronteira

entre o município de Princesa (PB) e Triunfo (PE). O acesso ao casarão a partir de Princesa é dificultado pela ausência de infraestrutura tendo como alternativa o acesso via município de Triunfo.

Na proposta da produção do espaço turístico a partir de Patos poder-se-ia estruturar justamente o roteiro proposto, uma vez que o deslocamento de ida e retorno poderia ser feito em um dia sendo opcional outra proposta de dois dias, se considerarmos a existência de uma hospedagem nas proximidades do acesso ao Pico do Jabre. Segundo os contatos realizados com visitantes durante a atividade de campo, quando questionamos estes sobre estas possibilidades, o posicionamento da maioria foi o de ser favorável à segunda proposta por considerar a existência desta opção de hospedagem e a possibilidade de contemplação do pôr-do-sol a partir do Pico do Jabre.

Finalmente, destacamos o município de Sousa por possuir apenas um atrativo turístico: o rastro do deslocamento dos dinossauros. O acesso ao atrativo é dificultado devido à ausência de sinalização dentro da cidade, apesar da mesma utilizar bastante às imagens dos dinossauros. Já o atrativo propriamente dito possui uma boa estrutura, embora seja necessário um investimento na reestruturação desse atrativo adequando o mesmo a novas formas de apropriação, a exemplo do acesso ao acervo do museu, a autorização para funcionamento de lanchonetes e lojas de *souvenir*. Acrescenta-se a isto, a estruturação do espaço de pesquisa já existente no atrativo e a locação de objetos lúdicos, a exemplo da inclusão de miniaturas de dinossauros nos locais em que se observam os rastros deixados pelos dinossauros.

Considerações finais

Os problemas de infraestrutura evidenciados ao longo das atividades de campo assim como a ausência de acessibilidade a equipamentos que viabilizem a difusão da atividade turística na maioria dos municípios inseridos nas mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano se caracterizam ainda como os maiores desafios para o processo de interiorização e efetivação da produção do espaço turístico paraibano.

Com relação ao discurso da interiorização do planejamento dos espaços turísticos no estado da Paraíba, ao contrário do mapeamento feito nas mesorregiões da Mata Paraibana e Agreste Paraibano e do discurso feito pelos gestores públicos e agências de turismo em interiorizar a atividade, observou-se um isolamento dos espaços com potencialidade para se constituírem como turísticos. Na prática, a pesquisa evidencia a reprodução dos investimentos no litoral e Agreste ficando a região da Borborema e Sertão Paraibano ainda carentes de ações

de estruturação espacial para o turismo.

Devido ao espaço disponível para divulgação das ideias contidas neste texto, deixaremos como sugestão de leitura o relatório final a ser apresentado ao CNPq e posteriormente divulgado em suas especificidades.

Agradecimentos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento do Projeto (2013-2016) que proporcionou as informações contidas neste artigo.

Referências

- ARAÚJO, Tania B.. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Fase. (2000)
- BARROS, N. C. **Análise regional e destinações turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo**. Turismo Visão e Ação, 4(4), 9-32., 2002
- BOULLON, R. (2002). **Planejamento do espaço turístico**. São Paulo: EDUSC, 2002
- CAPDEVILLA, M. B., PLA, M. D., & VALENTI, J. V.. **Manual de ciencia del paisaje: teoria, métodos y aplicaciones**. Barcelona: Masson, 1992.
- CRUZ, Rita de C.. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002..
- LESBAUPIN, I. **Poder Local x exclusão social: as experiências das prefeituras democráticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000
- LOHMANN, G. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2012
- MEDINA, J. C. Turismo, cultura e desenvolvimento. Em J. C. MEDINA, M. D. BRASILEIRO, & L. N. CORIOLANO, **Re-construcción de la cultura y del espacio turístico**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.
- OLIVEIRA, A. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2001.
- PEARCE, D. G. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.
- PIRES, P. **A paisagem litorânea como recurso turístico**. Em E. YAZIGI, A. F. CARLOS, & R. d. CRUZ, *Turismo: espaço, paisagem e cultura* (pp. 161-177). São Paulo: Hucitec, 2002.
- RODRIGUES, A. A. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOUZA JÚNIOR, Xisto S. S. (Org.) **O conhecimento geográfico na promoção do turismo como alternativa de desenvolvimento do Estado da Paraíba**. Campina Grande: EDUFCG, 2018.